

TERRITÓRIOS

O JORNAL DO MÉDIO RIO DOCE

ENVOLVIMENTO TERRITORIAL COM:

*projetos comunitários,
espaços de participação
e direitos alcançados.*

Destaques do último bimestre apresentam resultados de lutas históricas da população atingida.

Págs. 04 e 05



PROTAGONISTAS DA
REPARAÇÃO:
EZEQUIEL GOMES
FILHO, O RIO DOCE É O
NOSSO QUINTAL

Pág. 03

PROJETOS
COMUNITÁRIOS
ESTÃO MAIS
PRÓXIMOS DA ETAPA
DE FORMALIZAÇÃO

Pág. 02

COMUNIDADE CÓRREGO
DO CAFÉ RECEBE
VISITA TÉCNICA
DA GOVERNANÇA
ESTADUAL

Pág. 06

SUMÁRIO

Editorial 02

Protagonistas da Reparação 03

CFPS completa 1 ano fortalecendo o protagonismo das pessoas atingidas na reparação do Rio Doce 04 e 05

Comunidade do Córrego do Café recebe visita técnica de membros da Governança Estadual 06

Lançamento de Guia de Protocolo de Consulta e Oficina de direitos quilombolas 07

Contracapa: Conheça a equipe da Aedas MRD 08

EXPEDIENTE

Programa Médio Rio Doce

Grupo de Trabalho Institucional Aedas

Cauê Melo Vallim

Carlos Henrique Prado

Luis Henrique Shikasho

Jéssica Marques

Marjana Lourenço

Direção Coletiva

Andreia Carvalho

Brenda Ferreira

Henrique Lacerda

Rayssa Neves

Assessoria da Direção

Andressa Santos (Assessoria Organizacional)

Mayara Costa (Assessoria Jurídica)

Equipe de Comunicação

Glenda Uchôa (coord.), Camila Quintana,

Luciano Alvim, Samuel Ambrósio e Thiago Matos

Diagramação

Samuel Ambrósio

Edição

Glenda Uchôa

Revisão

Rayssa Neves e Glenda Uchôa

Apoio e Contribuições

Eixo de Situação de Vulnerabilidade e Reativação Econômica:

Vanessa Silva (CGREV), Natanael Dias

(GO-ETR), Mateus Martins (ETR), Tacila

Costa (ETR), Joyce Guedes (GO-SIV),

Nathanne Costa (SIV) e Julia Gomes (SIV).

Diretrizes da Reparação Integral:

Debora Maximo (coord. geral), Ana

Beatriz Buchetti, Letícia da Costa, Letícia

Zampier, Lívea Franco, Lucas Duarte e

Rosane Souza.

Governança Popular:

Isabela Moraes (coord. geral), Carine

Guedes, Sabrina Canuto e Sofia Lima.

Equipe Administrativo/Financeiro:

Leomar Cabral (coord.), Rogivaldo Cabral

(coord.), Cristiane Bessa, Luzineth Alves,

Maria Chanti, Rafael Azevedo, Rayanne

Cabral e Weliton Barbosa.

Equipe de Logística:

Rinaldo Cruz (coord.), Diego Maia

(coord.), Matheus Neri, Taismara Silva,

Andreia Dias, Ruth dos Santos, Simone

Norberto e Thiago Domingos.

Apoio da equipe de Mobilização Vale

do Aço e Leste de Minas:

Sarah Suzan(coord.), Yana Lizardo (coord.)

Inara Santos,(coord.), Raquel Justino

(coord.), Marcela Nunes(coord.), Marcos

Ferreira(coord.), Guilherme Hereda

(MOBT6), Paula Santos (MOBT8), Naara

Martins (MOBT8), Anthony Lucas Melo

(MOBT3) e

Carlos Magalhães (MOBT3).

Tiragem: 2 mil exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Instagram: @aedasmg

Facebook: Aedas Rio Doce

Youtube: @aedasmg

Site: aedasmg.org/medio-rio-doce

Com divulgação de resultado parcial, projetos comunitários estão mais próximos da etapa de formalização

Os projetos comunitários construídos pelas pessoas atingidas da Bacia do Rio Doce tiveram mais um passo construído rumo à sua concretização: com a divulgação do resultado parcial do Edital Rio Doce Participativo e Comunitário, em setembro, iniciativas elaboradas por associações, coletivos e organizações representativas das comunidades estão com a etapa de formalização prevista para acontecer a partir de 19 de outubro de 2026.

“Ao longo do processo de construção, escrita e submissão das propostas, a assessoria apoiou 101 projetos, contribuindo para que as comunidades transformassem suas necessidades, sonhos e prioridades em iniciativas estruturadas para a reparação coletiva.

submissão das propostas, a assessoria apoiou 101 projetos, contribuindo para que as comunidades transformassem suas necessidades, sonhos e prioridades em iniciativas estruturadas para a reparação coletiva.

No resultado parcial divulgado, 54 projetos apoiados pela Aedas foram contemplados, nas regiões de Aimorés (T8), Resplendor/Itueta (T7), Conselheiro Pena (T6) e Vale do Aço (T3). Além disso, 40 projetos foram classificados em cadastro de reserva e seguem no processo, sendo objeto da próxima etapa de recursos. Até o momento as equipes técnicas da Aedas protocolaram 51 recursos.

As propostas aprovadas abrangem temas como agricultura familiar, agroecologia e segurança alimentar; fortalecimento das feiras livres e da economia solidária; acesso à água, energia limpa e sustentabilidade; piscicultura e aquaponia; esporte, lazer e promoção da saúde; cultura, arte, artesanato e comunicação popular.

Para Débora Máximo, coordenadora geral da equipe de Diretrizes da Reparação Integral (DRI) da Aedas, o resultado reflete a capacidade de organização e o protagonismo construído nos territórios ao longo dos últimos anos. “A aprovação de mais da metade dos projetos demonstra também o protagonismo das mulheres atingidas, das comunidades quilombolas, jovens, crianças e pessoas idosas na construção de iniciativas que expressam necessidades concretas e com perspec-

tivas de futuro para seus territórios.”, destaca.

O processo envolveu escuta, construção coletiva e incentivo à participação popular, possibilitando que diferentes grupos apresentassem projetos alinhados às realidades e necessidades dos seus territórios.

“A aprovação de mais da metade dos projetos demonstra também o protagonismo das mulheres atingidas, das comunidades quilombolas, jovens, crianças e pessoas idosas na construção de iniciativas que expressam necessidades concretas e com perspectivas de futuro para seus territórios”

Agora, as atenções se voltam para as próximas etapas do cronograma.

Previsão para Publicação do Resultado Final - 09/10/2026

Previsão para Formalização - 19/10/2026

Até lá, a Aedas seguirá acompanhando e apoiando os territórios, especialmente os projetos que participarão da fase de recursos, reafirmando seu compromisso com a garantia de direitos e com a construção de uma reparação participativa, a partir das demandas apresentadas pelas próprias comunidades atingidas.



Processo de elaboração dos Projetos Comunitários. Foto: Equipe MOB T3/Aedas

PROTAGONISTAS DA REPARAÇÃO

EZEQUIEL GOMES FILHO

“O Rio Doce é o nosso quintal”

Por Isis de Oliveira e Glenda Uchôa

Entre histórias de família, conquistas e sonhos ainda em construção, Sebastião Ezequiel Gomes Filho carrega com orgulho suas raízes em Santo Antônio do Rio Doce, distrito de Aimorés. Aos 52 anos, pai, avô, produtor rural e bacharel em Farmácia, ele é um dos protagonistas da reparação que compartilha sua trajetória marcada pela perseverança, pelos laços familiares e pela esperança de continuar construindo novos caminhos por direitos e justiça.



Não se envolver nunca foi uma opção. A organização e a participação da comunidade são fundamentais para garantir direitos e fortalecer a luta por uma reparação justa.

Vivendo a poucos metros do Rio Doce, Ezequiel é uma das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão. Ele acompanhou de perto a chegada da lama que transformou as águas do rio e alterou profundamente a rotina da comunidade.

“A luta da nossa família já vinha de muito antes do rompimento, e o desastre-crime acabou trazendo novos desafios para essa trajetória. Na época em que a lama chegou, eu tinha um terreno na comunidade

de Humaitá, onde desenvolvia algumas atividades e mantinha projetos pessoais. Com o passar do tempo, acabei perdendo parte das culturas que cultivava no local. Trabalhava com feijão e alho, mas a insegurança causada pelos danos e pelas incertezas em relação ao território acabou inviabilizando a continuidade dessas atividades. Diante dessa realidade, tive que renunciar ao terreno e dos projetos que mantinha ali.”

Uma questão que Ezequiel considera muito importante é a garantia dos direitos de toda a família.

“Muitas vezes, o que está previsto no papel não acontece na prática. Vejo isso, por exemplo, na luta das mulheres, que em muitos casos não tiveram seus direitos plenamente reconhecidos. Por isso, a reparação precisa alcançar todas as pessoas atingidas, independentemente da idade ou da condição de cada uma.”

Quase onze anos após o rompimento, os danos seguem presentes no cotidiano dos moradores. Segundo Ezequiel, cerca de duas mil pessoas da comunidade ainda dependem do abastecimento por caminhões-pipa, que diariamente abastecem os reservatórios responsáveis pela distribuição de água à população desde que o rompimento da barragem impediu a captação de água pelo rio doce.

A dependência desse sistema provisório tornou-se um dos símbolos mais concretos da reparação ainda não concluída e alimenta uma preocupação constante sobre a segurança hídrica da região.

Entre as pautas que defende com mais firmeza está a construção da adutora pelo Rio Ma-

nuaçu e não pelo Rio Doce, como está sendo ventilado pelas propostas de reparação. Essa adutora poderá assegurar o abastecimento de água para Santo Antônio do Rio Doce e outras localidades da região. A obra é vista pelos moradores como uma solução definitiva para um problema que se arrasta desde o rompimento e representa uma das principais reivindicações da comunidade.



O rio não era apenas uma paisagem; ele fazia parte das nossas memórias, dos encontros e da forma como vivíamos. O Rio Doce sempre foi parte da nossa vida.

“A discussão sobre a obra da adutora esbarra, há anos, na indefinição sobre quem deve executá-la. Enquanto isso, a população continua pagando pelo serviço de abastecimento, mesmo após perder o acesso à água do Rio Doce.”

Como farmacêutico, Ezequiel compreende os possíveis danos dessa situação para a saúde coletiva. Ao mesmo tempo, transformou a indignação em mobi-

lização social. Sua trajetória é marcada pela participação em espaços de organização popular e pela atuação na Comissão de Atingidos e Atingidas.

“Nesses 10 anos, tivemos algumas conquistas importantes, como a renovação do PID (Programa Indenizatório Definitivo). Também destaco os avanços na área da saúde, com a chegada das ambulâncias. São resultados que fazem diferença na vida das comunidades. Não se envolver nunca foi uma opção”, destaca.

Para ele, a luta coletiva é fundamental para garantir que as demandas dos atingidos e atingidas continuem visíveis e para que os avanços conquistados não sejam interrompidos.

“Acho que minha história tem muito a ver com sobrevivência e resiliência. Por mais difíceis que tenham sido algumas experiências, nunca perdi minha essência. Hoje, olhando para trás, vejo quantas barreiras consegui superar.

Os danos do rompimento não vão terminar em uma ou duas décadas. Eles vão atingir nossos filhos, nossos netos e, quem sabe, até outras gerações. Por isso, precisamos manter essa bandeira levantada. Essa luta é uma questão de sobrevivência e de respeito à nossa história e ao nosso território.”



Ezequiel e sua neta.
Foto: Glenda Uchôa/Aedas

Acredito que os próximos anos ainda serão de muita luta e de busca por direitos. Não podemos parar. É preciso continuar mobilizados, participando das reuniões e acompanhando de perto cada pauta que surge, porque os desafios estão sempre mudando e exigem atenção constante.

CONSELHO FEDERAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMPLETA UM ANO FORTALECENDO O PROTAGONISMO DAS PESSOAS ATINGIDAS NA REPARAÇÃO DO RIO DOCE

Em 26 de setembro de 2025, o primeiro Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce tomava posse em Brasília

Por **Thiago Matos**

Há um ano, as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão tomavam posse em um novo espaço para participar diretamente das decisões sobre a reparação dos danos que alteraram radicalmente suas vidas e seus territórios. Criado para garantir voz, voto e controle social no acompanhamento do Acordo Rio Doce, o Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba completa seu primeiro ano de atuação consolidando uma demanda histórica dos territórios: a participação efetiva das comunidades atingidas na definição dos rumos da reparação.

Comissões Temáticas

Para aprofundar a discussão sobre assuntos específicos e transformar as demandas dos territórios em propostas dentro do Conselho, foram criadas as Comissões Temáticas. Esses espaços permitem que conselheiros e conselheiras se dediquem a determinados assuntos, estudem problemas, acompanhem políticas e programas e construam encaminhamentos que podem ser levados para apreciação do plenário do Conselho.

Na prática, uma comissão pode acompanhar a execução de determinada política pública, reunir informações, ouvir representantes do governo e das comunidades, identificar problemas e elaborar propostas e recomendações para serem discutidas pelo conjunto do Conselho.

Esse formato é especialmen-

te importante diante da dimensão e da diversidade dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. Os danos atingiram diferentes territórios, atividades econômicas e modos de vida ao longo da Bacia do Rio Doce e do litoral norte do Espírito Santo. Por isso, temas como saúde, agricultura, pesca e transferência de renda exigem acompanhamento específico e permanente.

Comissão Temática da Saúde

A Comissão Temática da Saúde foi aprovada durante a 6ª Reunião Ordinária do CFPS, realizada entre 29 e 31 de julho de 2026, em Colatina (ES). A proposta foi aprovada por unanimidade. A comissão conta com 12 integrantes: quatro representantes da administração pública federal e oito

da sociedade civil. A definição dos nomes dos membros ocorrerá posteriormente.

Comissão Temática da Pesca

A criação de uma comissão específica para a Pesca e Aquicultura também está prevista como uma demanda relacionada ao Conselho. O tema aparece, inclusive, entre as obrigações de implementação do Programa de Recuperação da Atividade Pesqueira e Aquícola (Propesca). Documento do Ministério da Pesca e Aquicultura registra a previsão de proposição de uma Comissão Temática da Pesca e Aquicultura junto ao Conselho Federal de Participação Social.

Comissão Temática de Agricultura

Em fase de discussão, o tema da Agricultura também contará com uma Comissão específica.

Posse do CFPS, em Brasília, 26/09/2025. Foto: Ricardo Stuckert



18 REUNIÕES REALIZADAS ENTRE SETEMBRO DE 2025 E SETEMBRO DE 2026

REUNIÕES ORDINÁRIAS (PRESENCIAIS NOS TERRITÓRIOS)

📍 **Brasília/DF • 26/09/2025**
1ª Reunião Ordinária
Posse dos conselheiros

📍 **Belo Horizonte/MG • 03 e 04/11/2025**
2ª Reunião Ordinária

📍 **Linhares/ES • 28 a 30/01/2026**
3ª Reunião Ordinária

📍 **Governador Valadares/MG • 25 e 26/03/2026**
4ª Reunião Ordinária

📍 **Coronel Fabriciano/MG • 27 a 29/05/2026**
5ª Reunião Ordinária
Com turno de diálogo em Ipatinga

📍 **Colatina/ES • 29 a 31/07/2026**
6ª Reunião Ordinária

📍 **Mariana/MG • 09 a 11/09/2026**
7ª Reunião Ordinária

PRÓXIMA PARADA

📍 **Aimorés/MG • 25 a 27/11/2026**
8ª Reunião Ordinária.

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS

📺 **Online • 15/10/2025**
1ª Extraordinária

📺 **Online • 30/10/2025**
2ª Extraordinária

📺 **Online • 18/12/2025**
3ª Extraordinária

📺 **Online • 07/01/2026**
4ª Extraordinária



“Foi um ano muito marcante. Quando olho para trás e vejo que nós ajudamos a construir e aprovar esses projetos em Brasília, fico feliz. Estamos sempre trabalhando, correndo atrás e tentando ajudar as pessoas. Ao longo desse ano tivemos momentos de alegria e também momentos difíceis, mas todos eles foram importantes para reforçar o compromisso com os atingidos e com a reparação.”

Isac Pereira, suplente do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce, Itueta



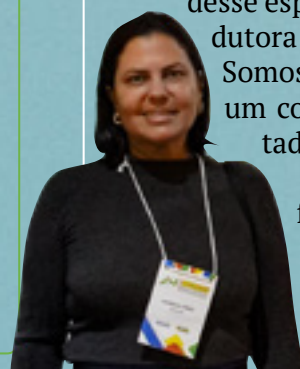
“O momento que mais me marcou foi o lançamento dos editais, realizado em Governador Valadares, com a presença de atingidos de diversos territórios e do Ministro Guilherme Boulos que acompanharam esse importante passo da reparação. Esse primeiro ano mostrou como a participação social é fundamental para que os recursos cheguem às comunidades e atendam às necessidades reais dos atingidos.”

Maria Madalena da Silva, conselheira suplente e quilombola, representa o Território do Vale do Aço



“Neste primeiro ano de atuação, vivemos um período de muita luta, mas também começamos a colher os primeiros resultados desse trabalho. Tivemos a oportunidade de contribuir na construção dos editais e acompanhar todo o processo que resultou na seleção de diversas associações ao longo da Bacia do Rio Doce. Entramos agora no segundo ano do Conselho Federal de Participação Social com mais experiência e preparados para os próximos desafios.”

Miguelito Teixeira, conselheiro titular, Conselheiro Pena



“Este primeiro ano do Conselho Federal de Participação Social foi muito especial para mim. Fazer parte desse espaço como atingida, agricultora familiar, produtora rural e mulher é motivo de muito orgulho. Somos os primeiros atingidos do Brasil a integrar um conselho federal com participação social voltado para acompanhar a reparação.

O que vivemos não foi apenas uma tragédia, foi um crime, e é fundamental que essa realidade continue sendo lembrada e discutida.”

Valeriana Gomes, conselheira titular, representante do Vale do Aço

Reunião extraordinária, em Brasília, 24/04/2026. Foto: Glenda Uchôa



PARTICIPAÇÃO QUE DECIDE

Online • 09/02/2026
5ª Extraordinária

Online • 13/02/2026
6ª Extraordinária

Brasília/DF • 23 e 24/04/2026
7ª Extraordinária

Online • 11/05/2026
8ª Extraordinária

Governador Valadares/MG • 22/05/2026
9ª Extraordinária

Com presença do ministro e lançamento dos editais

Online • 02/09/2026
10ª Extraordinária

Para a Aedas, não há reparação integral sem participação efetiva das pessoas atingidas. Por isso, a Assessoria atua para fortalecer espaços em que as comunidades possam levar suas demandas, exercer o controle social e participar ativamente das decisões que repercutem em seus territórios.

O Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce e Litoral Norte Capixaba é uma importante conquista nesse caminho, ampliando a presença e a incidência das pessoas atingidas na governança da reparação.

No Médio Rio Doce, esse compromisso também se concretiza no

trabalho das equipes transversais envolvidas neste processo, como a de Governança Popular (GPP), Mobilização (MOB), Comunicação (COM), Direção Coletiva (DCP) e os vários eixos temáticos, que acompanha as representações dos territórios, promovem momentos de preparação antes das reuniões e contribuem para organizar e encaminhar as pautas construídas junto às comunidades.

Assim, a representação no Conselho não se encerra na presença de uma liderança: ela busca carregar as necessidades e as decisões coletivas de quem vive diariamente os danos do rompimento da barragem de Fundão.

COMUNIDADE DO CÓRREGO DO CAFÉ, EM BELO ORIENTE, RECEBE VISITA TÉCNICA DE MEMBROS DA GOVERNANÇA ESTADUAL

Por Luciano Alvim, com apoio das equipes de Diretrizes da Reparação Integral (DRI) e Economia, Trabalho e Renda (ETR)



Visita técnica reforça solicitação por transparência e monitoramento na região

A comunidade do Córrego do Café, situada à margem do Rio Doce, no distrito de Cachoeira Escura, recebeu, no dia 26 de agosto, a visita de membros do Comitê Estadual de Minas Gerais (CEMG) e da Secretária Executiva da Instância Mineira de Participação Social (IMPS). A atividade ocorreu durante a passagem do grupo pela região

para participar da 5ª Reunião Ordinária da Instância Mineira de Participação Social, realizada no dia seguinte, em Ipatinga.

A visita técnica integra uma agenda de acompanhamento das medidas previstas no Anexo 19 e busca aproximar as informações sobre a execução dos programas da realidade vivenciada pelas pessoas atingidas.

O CEMG é a instância de governança responsável pelo acompanhamento, em âmbito estadual, das Obrigações de Fazer previstas no Acordo de Reparação.

Na região do Vale do Aço, a

agenda teve como foco os programas de reparação relacionados ao território cujo cumprimento e acompanhamento estejam a cargo do Estado de Minas Gerais.

No caso do Córrego do Café, foram identificados três programas que compõem o Anexo 19 (Transição) do Acordo: PG17 – Programa de Retomada das Atividades Agropecuárias, o PG31 – Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos e o PG32 – Programa de Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água.

Interdição e desinterdição preocupam moradores

A comunidade do Córrego do Café foi atingida pelas enchentes de rejeitos ocorridas no final de 2021 e início de 2022, que resultaram na contaminação do solo e dos recursos hídricos locais. Em consequência, os moradores interromperam suas atividades agrícolas e pecuárias e, desde então, buscam reparação pelos anos em que ficaram impossibilitados de produzir.

Durante esse período, embora não houvesse condições para a implementação plena das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) previstas no PG17, sua execução no território era reportada. Entretanto, a interdição da comunidade e a persistência da contaminação do solo e dos recursos hídricos impossibilitavam a retomada das atividades agropecuárias, principal fonte de renda de muitas famílias atingidas.

A interdição terminou abruptamente, no dia 20 de agosto de 2026, quando a Defesa Civil enviou ofício à Samarco, informando que poderia retomar suas ações e executar o programa no território, uma vez que este não estava mais interditado. A manobra surpreendeu a população, que esperava receber laudos e estudos que comprovassem a segurança do uso do solo e da água na comunidade – o que não aconteceu.

Atingidos denunciam falta de transparência e monitoramento no município

As integrantes do CEMG visitaram as instalações do córrego Paraju, que é objeto de reforma prevista pelo Acordo Rio Doce, e está parcialmente canalizado dentro da área urbana. Apesar da promessa de intervenção, grande parte ainda está a céu aberto e recebendo esgoto residencial.

Em seguida, a comitiva seguiu para o Córrego do Café, onde visitou a propriedade do atingido Itamar Coelho. No local, os participantes puderam observar uma edificação que ainda conserva marcas da enchente de lama decorrente do rompimento da barragem de Fundão. Durante a visita, Itamar relatou as diversas tentativas de diálogo e busca por soluções junto à Samarco, à extinta Fundação Renova e ao poder público, resgatando em sua fala o histórico de ofícios protocolados e as respectivas datas de encaminhamento.

O grupo visitou também o ponto de captação de água utilizado pela comunidade. O local é caracterizado por um trecho de águas com pouca circulação e aspecto considerado preocupante pelos moradores.

Obrigações dos municípios aderentes ao Acordo de Reparação

Uma das obrigações dos municípios aderentes ao Acordo de Reparação é prestar informações e esclarecimentos sobre a aplicação dos recursos recebidos. Esses dados devem ser encaminhados ao Estado de Minas Gerais, que, por sua vez, os repassa ao Portal Único da Reparação, sob responsabilidade do Estado do Espírito Santo.

No entanto, de acordo com os atingidos, as informações não estão sendo disponibilizadas de forma adequada no Portal Único, e o município não tem respondido aos ofícios enviados pela comunidade solicitando esclarecimentos sobre a destinação dos recursos.

O que a comunidade requisita:

- ★ **Comprovação do monitoramento ambiental;**
- ★ **Realização de estudo e apresentação de laudos que atestem a segurança do solo;**
- ★ **Laudos que comprovem a segurança da água da comunidade;**
- ★ **Transparência na aplicação dos recursos da reparação repassados à Prefeitura.**



COM LANÇAMENTO DE GUIA DE PROTOCOLO DE CONSULTA, OFICINA DE DIREITOS QUILOMBOLAS FORTALECE A AUTONOMIA DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO VALE DO AÇO

Atividade no Quilombo Achado dos Pretos reúne moradores locais e lideranças do Quilombo Córrego do 14 de Cima para debater marcos legais

Por Glenda Uchôa

“Sim, nós somos quilombolas, nós sabemos disso, mas quais são nossos direitos?”. A busca por respostas a uma indagação direta feita pela própria comunidade Achado dos Pretos deu origem à Oficina de Direitos Quilombolas. Organizada pela equipe da Aedas, no dia 26 de setembro, em Santana do Paraíso, a atividade reuniu moradores da comunidade anfitriã e Quilombo 14 de Cima (Córrego do 14).

O encontro teve como objetivo central apresentar uma síntese da evolução dos direitos territoriais e sociais das populações quilombolas, além de orientar o acesso prático às políticas públicas disponíveis. A atividade contou ainda com o lançamento de uma cartilha sobre a elaboração de Protocolos de Consulta, o Guia de Apoio à Construção de Protocolo de Consulta.



Equipes da Aedas entregam cartilhas à lideranças das comunidades. Fotos: Glenda Uchôa/Aedas

O "Cordão da Viagem no Tempo"

Para conectar os conceitos jurídicos à vivência dos participantes, a oficina utilizou a metodologia do “Cordão da Viagem no Tempo”. Por meio de um varal com fotos, gravuras e marcos temporais, as facilitadoras e facilitadores convidaram os atingidos e atingidas a refletirem sobre a história coletiva e a evolução dos seus direitos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A facilitação também incluiu o momentos de tira-dúvidas com os participantes e troca de saberes, permitindo que a própria comunidade se visse refletida na narrativa construída durante o debate.



Guia de Apoio a Construção de Protocolo de Consulta

Este Guia apresenta informações sobre o Direito à Consulta Livre, Prévia e Informada e inspirações para a construção dos Protocolos pelas próprias comunidades tradicionais atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Solicite nos espaços participativos da Aedas ou acesse a versão digital em nosso site:



aedasmg.org/documento/guia-de-apoio-a-construcao-de-protocolo-de-consulta/



A Aedas está ao lado das pessoas atingidas

A Assessoria Técnica Independente da Aedas no Médio Rio Doce é formada por uma equipe multidisciplinar de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, que atua diretamente nos territórios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão.

Presente nos territórios **Vale do Aço (3)**, **Conselheiro Pena (6)**, **Resplendor e Ituaeta (7)**; e **Aimorés (8)**, a equipe acompanha comunidades de 15 municípios com acompanhamento territorial que ultrapassa 280 quilômetros de um município a outro. São estes profissionais que desenvolvem ações de mobilização, informação, formação, organização comunitária e assessoramento técnico ao longo do processo de reparação.



Leia o QR Code ou acesse o site:

aedasmg.org/medio-rio-doce/nossa-equipe



Aedas
Assessoria Técnica Independente | Médio Rio Doce

TERRITÓRIOS

O JORNAL DO MÉDIO RIO DOCE



aedasmg.org/medio-rio-doce



fb.com/aedasmg



@aedasmg